

- 
- 2** Leia as afirmativas a seguir a respeito do período populista no Brasil, marcando **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas.
- (V) Durante o governo Dutra, foi promulgada uma nova Constituição para o Brasil. Ela apresentava valores democráticos e a defesa da liberdade de expressão, em oposição à Carta de 1937, a chamada Constituição Polaca.
 - (V) Mesmo sofrendo intensa oposição, Getúlio Vargas agiu a favor dos trabalhadores, concedendo 100% de aumento do salário mínimo em 1954, desagradando ao empresariado nacional.
 - (F) Getúlio Vargas teve sua imagem favorecida após a ocorrência do atentado da Rua Tonelero, que objetivava a morte de seu inimigo político, Carlos Lacerda.
 - (F) Jânio Quadros assumiu uma política internacional aliada aos interesses socialistas, aproximando-se da URSS e de Cuba, como demonstrado ao conferir a Ordem do Cruzeiro do Sul a Fidel Castro.
 - (V) João Goulart sofreu forte oposição em seu governo ao apresentar as Reformas de Base em diversas áreas do Brasil, incluindo a bancária, a tributária e a agrária.
- 3** Com sua renúncia, Jânio Quadros esperava:
- a) apoio do Congresso para continuar governando.
 - x b) ser ovacionado pela população, que clamaria por seu retorno.
 - c) chamar a atenção para seu novo plano econômico, que combateria a inflação.
 - d) apresentar um pacote de medidas para combater a corrupção.
 - e) acabar com as brigas de galo e o uso do biquíni, problemas em sua gestão.

Golpe Civil-Militar

Durante o século XX, vários governos autoritários surgiram, garantiram sua permanência no poder e evitaram a oposição política por meio da repressão social. "Autoritarismo" é um termo comumente associado aos regimes que se estabeleceram na Europa após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). No entanto, há poucas décadas, o Brasil foi governado por um grupo de militares responsáveis por medidas autoritárias, que, na época, foram questionadas por parte da população.

Na América Latina, durante a Guerra Fria, vários governos suprimiram a liberdade de expressão de seus cidadãos perseguindo, exilando, prendendo e punindo violentamente aqueles que se rebelavam contra o sistema ditatorial.

No Brasil, em nome da democracia e pela defesa da Constituição, oficiais militares optaram pela intervenção armada do governo de João Goulart, pois entendiam que ele representava interesses comunistas, considerados um ultraje à legalidade e à liberdade. Assim, para livrar o Brasil da "ameaça comunista", na noite de 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho deslocou as tropas que comandava de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, onde estava o então presidente João Goulart.

No dia seguinte, 1º de abril de 1964, o país amanheceu controlado pelos militares. João Goulart dirigiu-se para Brasília e, depois, para Porto Alegre. Não houve confronto armado ou resistência. Nas ruas do país, as tropas agiram rapidamente para garantir a manutenção da ordem. Os militares acabavam de "assumir grave responsabilidade, com o objetivo de salvar a Pátria em perigo, livrando-a do jugo vermelho", como afirmou o general Amaury Kruehl, comandante das tropas paulistas. **4** Aprofundamento de conteúdo para o professor.



© Arquivo Histórico Nacional, Rio de Janeiro

TANQUES do Exército na Avenida Presidente Vargas, no centro do Rio de Janeiro, em 31 de março de 1964. 1 fotografia. p&b. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Na edição de 14 de abril de 1964 do *Correio da Manhã*, o jornalista Carlos Heitor Cony comentou o episódio de 31 de março, que os militares chamavam de revolução.

[...] é uma Revolução, sim, mas de caranguejos. Revolução que anda para trás. [...] isso não é uma revolução. É uma quartelada continuada, sem nenhum pudor, sem sequer os disfarces legalistas que outrora mascaravam os pronunciamentos militares. É o tacão. É a espora. A força bruta. O coice.

CONY, Carlos H. *Revolução dos Caranguejos*. *Correio da Manhã*, 2º Caderno, n. 21.787, ano LXIII, 14 abr. 1964.

Como o episódio contou com o apoio de parte da população, empresários, religiosos, setores da imprensa, elites sociais e líderes políticos, é chamado de Golpe Civil-Militar, pois não envolveu apenas as Forças Armadas. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade de 1964 já apontava para o amplo apoio civil a uma possível intervenção.

Dessa forma, na noite de 1º de abril, a presidência da República foi decretada vaga. No dia 4, João Goulart já estava em exílio, no Uruguai. No dia 9, foi anunciado o primeiro Ato Institucional, elaborado por uma junta militar, que reforçou o Poder Executivo ao mesmo tempo que limitou o Poder Legislativo. Esse foi o artifício adotado pelos militares para mudar as instituições sem alterar a Constituição, disfarçando o autoritarismo sob o pretexto de que havia democracia.

Golpe ou revolução? 5 Aprofundamento de conteúdo para o professor.

A tomada de poder pelos militares foi chamada, por alguns brasileiros, de revolução.

Para compreender melhor qual termo é adequado para descrever o evento político ocorrido em 31 de março de 1964, leia o texto a seguir.

O golpe de Estado como conceito se aproxima de outros, como revolução: em comum, ambos se apresentam como rupturas bruscas da ordem institucional. Além disso, o objetivo dos dois é derrubar um governo e instituir outro, mas enquanto a revolução é uma modificação radical das estruturas econômicas e sociais, o golpe, em geral, é apenas a substituição pura e simples das elites no poder, quase sempre levado a cabo pelas chamadas elites orgânicas, ou seja, as elites inseridas no próprio Estado, como os burocratas e os militares. Normalmente é comum o golpe de Estado ser apresentado como movimento conservador e a revolução, como progressista. Mas isso não pode ser um critério definidor, pois, por um lado, existem revoluções consideradas conservadoras, como a iraniana de 1979, e, por outro, o próprio conceito de progresso e conservadorismo é relativo.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 175.

Os presidentes do regime militar foram marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967); marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969); general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); general Ernesto Geisel (1974-1979); general João Baptista Figueiredo (1979-1985).

O regime militar no Brasil teve um caráter ditatorial, pois não garantia à população brasileira o pleno direito de exercício da cidadania, não havia eleições diretas para a escolha de presidente e não existia a liberdade plena de expressão e opinião. Além disso, a imprensa passou a ser controlada pelo Estado. Os opositores políticos eram perseguidos violentamente e qualquer forma de manifestação contra o governo era duramente reprimida, com censura, perseguições e prisões.

Castello Branco e Costa e Silva

Humberto de Alencar Castello Branco assumiu o poder em 15 de abril de 1964. Orientou seu governo para um alinhamento com a política externa estadunidense: declarou-se inimigo das ideias socialistas, rompeu relações diplomáticas com Cuba e favoreceu o capital estrangeiro. No plano interno, promoveu forte repressão policial contra qualquer manifestação política; interveio nos sindicatos – vários foram fechados, e seus representantes, presos; invadiu e fechou a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE); e cassou mais de trezentos mandatos parlamentares, com suspensão de direitos políticos.



CASTELLO Branco passa em revista as tropas no Palácio dos Campos Elíseos, São Paulo. 1965. 1 fotografia, p&b.

O programa econômico se alicerçou na concentração de renda, na expansão do crédito e na abertura da economia brasileira ao capital externo. No plano político, houve a centralização do poder; o fortalecimento do Poder Executivo exercido por militares; o controle dos partidos e dos sindicatos; a censura aos meios de comunicação, com o fechamento sistemático daqueles que fizessem oposição ou críticas ao governo ou às Forças Armadas; e a reativação da Lei de Segurança Nacional.

A Lei de Segurança Nacional foi promulgada por Getúlio Vargas em 1935. Sua principal finalidade era criar uma legislação rigorosa para os crimes cometidos contra a segurança do Estado.

Durante o regime militar, essa lei foi utilizada para punir opositores sob o pretexto de que a oposição deles atentava contra a segurança do país, por ameaçar o regime vigente. Para auxiliar o governo, em junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações, órgão responsável pela espionagem da sociedade por meio do controle das informações e contrainformações.

6 Aprofundamento de conteúdo para o professor.

Os militares alteraram as leis brasileiras com os chamados Atos Institucionais (AIs), decretos que representavam a vontade e os interesses do alto comando militar, estabelecidos sem consulta ao Poder Legislativo. Esses atos concediam poderes excepcionais ao Executivo (prefeituras, governos estaduais e presidência).

Somente durante o mandato de Castello Branco, foram promulgados quatro Atos Institucionais. Leia, a seguir, suas principais determinações.

- AI-1 (9 de abril de 1964) – cassou políticos e suspendeu seus direitos por dez anos, acusando-os de subversão ou corrupção (o ex-presidente Juscelino Kubitschek, por exemplo, teve seus direitos políticos cassados em junho de 1964). Por esse instrumento, o Executivo tinha poderes para aposentar compulsoriamente funcionários públicos, civis e militares suspeitos de serem subversivos. Os poderes do Legislativo foram diminuídos, embora o Congresso continuasse funcionando, bem como as Assembleias Legislativas estaduais e as Câmaras Municipais de todo o território nacional.

- AI-2 (27 de outubro de 1965) – extinguiu os partidos políticos e suspendeu as eleições diretas para presidente e vice. Previa a impossibilidade de reeleição do presidente, garantindo a alternância de ocupantes na chefia do Poder Executivo. Em atos complementares a esse AI, foi estabelecido o **bipartidarismo**, isto é, somente eram permitidos no Brasil dois partidos políticos: a **Arena** e o **MDB**.

- AI-3 (5 de fevereiro de 1966) – tornou as eleições para governador indiretas. O cargo passou a ser preenchido por um oficial militar eleito pela Assembleia Legislativa do estado. O governador, então, nomearia o prefeito da capital estadual.

- AI-4 (7 de dezembro de 1966) – estabeleceu que seria elaborada uma nova Constituição para o país, anulando a Constituição democrática de 1946.

O bipartidarismo é a situação política de um país em que somente dois partidos políticos podem disputar o poder. Nos Estados Unidos, por exemplo, existem apenas dois partidos: o Democrata e o Republicano. A Aliança Renovadora Nacional (Arena) foi um partido político criado com o propósito de apoiar o governo militar.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi um partido de oposição ao regime militar. Em função do bipartidarismo determinado pelo AI-2, o MDB reunia políticos de ideologias variadas, tendo em comum o fato de se oporem ao governo militar.



PSD - PTB - UDN
PSP - PDC - MTR
PTN - PST - PSB
PRP - PR - PL - PRT

FINADOS

É importante destacar que, como dito, parte da população esperava que o Golpe trouxesse a normalidade democrática para o país e que as eleições presidenciais previstas para 1965 fossem realizadas. Na prática, as eleições foram suspensas. A troca presidencial se deu apenas em 1966, por voto indireto, sem participação popular.

FORTUNA, Reginaldo J. A. Finados. 1 charge, p&b. *Correio da Manhã*, ano 65, n. 22, p. 264, 2 nov. 1965. Biblioteca Nacional Digital.

- ▶ A supressão dos partidos políticos pelo AI-2 é o tema da charge publicada no Dia de Finados do ano de 1965. Os vários partidos que existiam foram substituídos por dois antagonistas: a Arena e o MDB. A charge se refere aos partidos extintos como "finados", como se tivessem falecido.

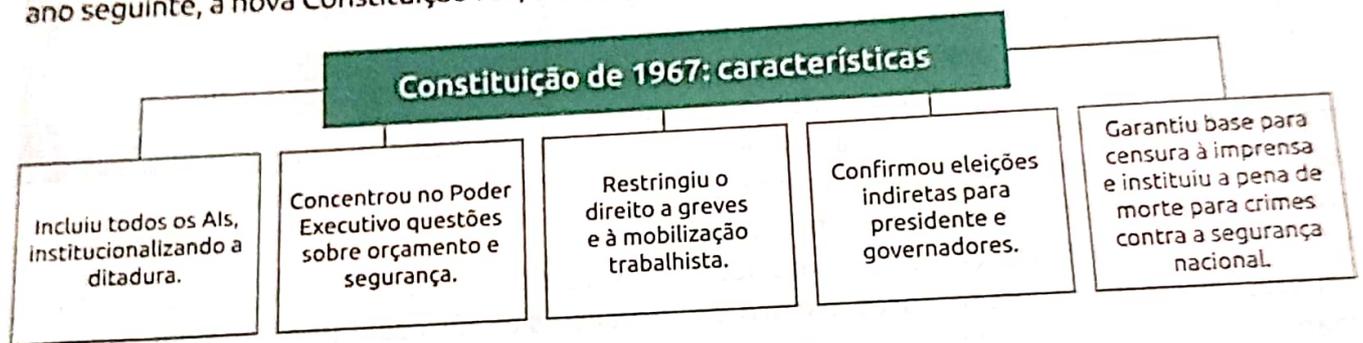
Destaca-se, ainda no governo Castelo Branco, a elaboração de um plano econômico chamado Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), com o objetivo de combater a inflação e acelerar o desenvolvimento do país. O plano se baseava no limite ao consumo e ao crédito, afetando a classe social mais pobre do Brasil.

Outras ações tomadas foram a elaboração do Estatuto da Terra e a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O primeiro documento, do final de 1964, pretendia acalmar os movimentos sociais e do campo que se manifestavam durante o governo João Goulart, especialmente as Ligas Camponesas. O segundo foi criado para proteger o trabalhador despedido sem justa causa: no início de cada mês, os empregadores depositam o valor correspondente a 8% do salário do funcionário em uma conta no nome deste. O empregado pode sacar esse dinheiro em caso de demissão.

Constituição de 1967

A medida que a década de 1970 se aproximava, a repressão contra os cidadãos brasileiros crescia, ou seja, seus direitos constitucionais, como a liberdade de expressão e o voto para a escolha de representantes do poder público, diminuía.

Em 1966, o segundo presidente militar foi nomeado: o general **Artur da Costa e Silva**. No ano seguinte, a nova Constituição foi promulgada, após ser elaborada pelo Congresso Nacional.



O ano de 1968

O período foi marcado por tensão em diversos países. Na França, jovens estudantes e trabalhadores se uniram para protestar contra o governo no episódio conhecido como Maio de 68. Os jovens eram contra as ações conservadoras da sociedade e do governo. Os trabalhadores promoveram paralisações e greve geral no país por melhores condições de trabalho e aumento salarial.

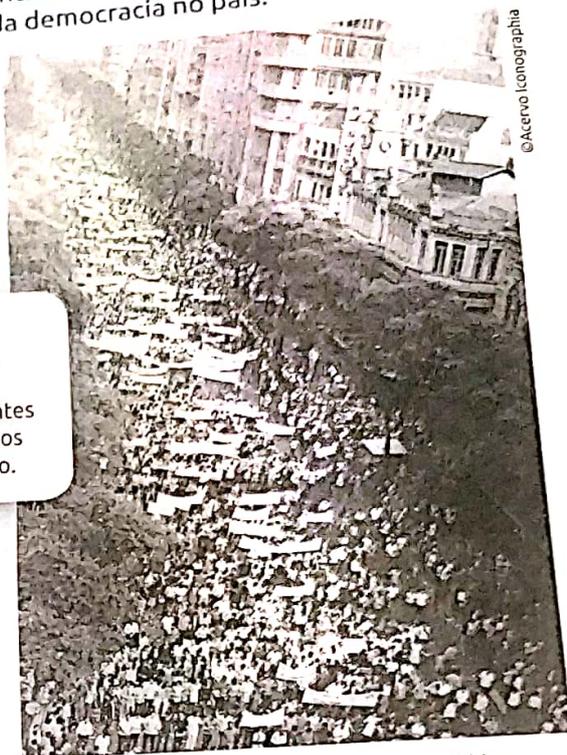
Nos Estados Unidos, a juventude também rompia com os valores tradicionais por meio da música (com o *rock and roll*), da estética (com o movimento *hippie*) e da literatura (com o movimento *beatnik*), exigindo a paz, o amor, além de criticar o consumismo e o *american way of life*.

No Brasil, foi um período bastante conturbado. Durante o governo de Costa e Silva, houve várias manifestações populares contra a ditadura, como a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, em junho de 1968. As declarações do deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, criticando o governo em plenário e convocando um boicote à parada militar de 7 de setembro, causaram reações do poder e levaram o regime ao auge da repressão.

A Passeata dos Cem Mil foi uma grande mobilização de estudantes, sindicalistas, intelectuais e civis promovida pela União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro, em março de 1968, exigindo o fim de regime militar e a volta da democracia no país.

A violência da repressão a protestos estudantis, causando a morte de alguns manifestantes, foi a principal causa da mobilização. O evento que acirrou os ânimos foi a morte de Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, baleado pela polícia carioca durante uma manifestação contra o aumento do preço da refeição no restaurante estudantil Central dos Estudantes.

O ano de 1968 foi marcado por movimentos de contestação. No Brasil, muitos queriam o fim da repressão e do período ditatorial. Mas uma sucessão de acontecimentos, como o assassinato do estudante Edson Luís, a sexta-feira sangrenta, quando 28 estudantes foram mortos em confronto com a polícia em abril, e a Passeata dos Cem Mil, culminou no aumento da repressão por parte do governo.



PASSEATA dos Cem Mil, Rio de Janeiro. 26 jun. 1968. 1 fotografia, p&b.

As manifestações aumentavam, assim como a insatisfação popular com o regime. O governo perdia o controle da sociedade, por isso, em dezembro de 1968, Costa e Silva assinou o AI-5, que fechou o Congresso Nacional e conferiu poderes absolutos aos militares, cancelando liberdades civis. Assim, os militares podiam invadir as casas, prender e julgar qualquer pessoa, mesmo sem provas contra o acusado e sem autorização do Judiciário. O AI-5 determinou o exílio de muitos políticos, artistas, intelectuais, professores, escritores, jornalistas e músicos. Também foram cassados mandatos políticos. Um deles foi o de Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, estado criado no Rio de Janeiro entre 1960 e 1975. [7] Aprofundamento de conteúdo para o professor.

O ano de 1968 tornou-se símbolo da repressão do regime militar. Os anos seguintes ao AI-5 foram de intensa repressão e de desmantelamento, ou seja, desorganização e desestruturação dos grupos de oposição à ditadura. Eles voltariam a se organizar apenas no final da década de 1970.



organizando a história

1 Leia o texto a seguir.

Em São Paulo, deu-se a evidência de que a bandeira da legalidade havia mudado de mãos. No dia 19 de março, uma multidão saiu da praça da República e marchou compacta até a praça de Sé, carregando faixas, bandeiras e uma profusão de rosários – para salvar o Brasil de Jango, de Brizola e do comunismo, gritavam em coro.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 444.